



**Requerimento nº 105/2009
(Do Sr. Luiz Couto)**

Requeiro, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de diligência ao Estado da PB com a finalidade de avaliar o quadro de violência naquele Estado, ouvindo a população e entidades de Direitos Humanos e Movimentos Sociais, visando colaborar na busca de soluções para seu equacionamento.

Justificativa

A violência tem se espalhado e, assim, indo dos centros urbanos para regiões metropolitanas até as cidades pequenas do interior do país. Nessa linha segundo o DATASUS – subsistema de informação de mortalidade do Ministério da Saúde – em 2007 há uma tendência de crescimento de homicídios na região Nordeste em relação ao Sudeste, onde se concentram as grandes cidades.

Vejamos então: em 2006 os números absolutos da região sudeste era de 21.213 mil pessoas assassinadas; em 2007 baixou para 18.562 mil, houve uma queda de pelo menos 10%. Já no Nordeste em 2006 foram 14.412 mil assassinatos e em 2007 15.432 mil. Em termos populacionais, por 100 mil habitantes, estes números revelam-se bem maiores, e em geral as taxas de homicídios são graves nos Municípios onde a presença do Estado é muito baixa. São áreas de fronteira, lugares pobres, sem os mecanismos de acesso à Justiça e dominados pelo crime organizado, e nesses territórios vale a lei do mais forte.

O Estado da Paraíba conforme informações do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública ano 2009 está dentro dessa realidade de aumento da violência com acentuadas situações de violência institucional, tais como: tortura, execuções sumárias de presos, práticas de grupo de extermínio e crime organizado nas fronteiras da PB e do PE, bem como com a PB e o RN e violência policial.

Merecem destaque os crimes contra a vida e os homicídios dolosos. Em 2007 foram 612 assassinatos e já em 2008 foram 844 assassinatos, o que revela um crescimento da violência numa média geral acima de 10%. Essa informação é ainda mais preocupante porque a Paraíba se iguala a Estados que estão com índices crescentes de homicídios, como: Pará, Rondônia, Tocantins, Bahia e Amazonas. Já em 2009 entre os meses de janeiro a julho, a situação de violência se agravou mais ainda, houve uma aumento nos assassinatos na ordem de 35% se comparado ao mesmo período do ano passado, onde está por trás um



crescente número de execuções sumárias envolvendo principalmente presidiários ou ex-presidiários. Esse dado, inclusive, foi reconhecido pelo atual governo na Paraíba através da imprensa.

Em um levantamento mínimo realizado por nossa Comissão de Direitos Humanos a partir de dados da imprensa paraibana neste primeiro semestre de 2009, foram identificados 11 assassinatos em circunstâncias bastante semelhantes: os suspeitos são pessoas encapuzadas, em motos, há envolvimento em comércio de droga, as vítimas são pessoas pobres e vivendo em áreas pobres e são homens e jovens.

Dentro do mesmo padrão, 11 casos chegaram à Comissão de Direitos Humanos em forma de denúncia: 2 chacinas, 4 de tortura, 2 de violência policial, 2 de grupos de extermínio e 1 de execução. A respeito desses casos há um baixo retorno das autoridades paraibanas e quando há respostas, essas são de ordem burocrática e, por vezes, eu mesmo sou intimado a prestar informações. Isso porque encaminho a denúncia e requeiro, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, esclarecimentos e providências.

Portanto, requeiro desse colegiado que aprove o pedido de uma diligência oficial dessa Comissão de Direitos Humanos e Minorias que acompanhada da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da SEDH/PR e com a colaboração da Ouvidoria de Polícia do Estado da PB irão ouvir a população e entidades organizadas sobre casos de violência institucional. Será uma escuta direta com vistas a contribuir para o levantamento dos problemas de segurança no Estado e daí propor ações urgentes e cobrança das propostas aprovadas na Conferência Estadual de Segurança Pública realizada no primeiro semestre de 2009.

Essa diligência será ainda um mecanismo de mobilização social em torno do tema segurança pública em função de diálogos posteriores com autoridades responsáveis pelas investigações de casos concretos e na fiscalização e cobrança de políticas públicas.

Comissão de Direitos Humanos, 13 outubro de 2009

Deputado Luiz Couto-PT/PB